

Fábio Wanderley Reis

Mercado e Utopia

Rio de Janeiro
2009

 centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br

Esta publicação é parte da Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais - www.bvce.org

Copyright © 2009, Fábio Wanderley Reis
Copyright © 2009 desta edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer meio de comunicação para uso comercial sem a permissão escrita dos proprietários dos direitos autorais. A publicação ou partes dela podem ser reproduzidas para propósito não-comercial na medida em que a origem da publicação, assim como seus autores, seja reconhecida.

ISBN 978-85-99662-79-3

Centro Edelstein de Pesquisas Sociais
www.centroedelstein.org.br
Rua Visconde de Pirajá, 330/1205
Ipanema - Rio de Janeiro - RJ
CEP: 22410-000. Brasil
Contato: bvce@centroedelstein.org.br

SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
PRIMEIRA PARTE: TEORIA E EPISTEMOLOGIA	
Mudança, Racionalidade e Política	6
Política e Políticas: a Ciência Política e o Estudo de Políticas Públicas .	40
Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional.....	60
Racionalidade, “Sociologia” e a Consolidação da Democracia	84
SEGUNDA PARTE: DE VOLTA AO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO	
Solidariedade, interesses e Desenvolvimento Político	129
Para Pensar Transições: Democracia, Mercado, Estado.....	173
Teoria, Transições e Crises.....	207
Cidadania, Mercado e Sociedade Civil.....	229
TERCEIRA PARTE: TEMAS BRASILEIROS	
Brasil: “Estado e Sociedade” em Perspectiva	247
O Eleitorado, os Partidos e o Regime Autoritário Brasileiro	279
Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro	306
Cidadania Democrática, Corporativismo e Política Social no Brasil...	359
Governabilidade, Instituições e Partidos	387
Estado Liberal, Projeto Nacional, Questão Social.....	418
O Mito e o Valor da Democracia Racial	445
PÓS-ESCRITO (1998)	459

O ELEITORADO, OS PARTIDOS E O REGIME AUTORITÁRIO BRASILEIRO¹

I

A possibilidade de compreender e avaliar a história recente dos partidos políticos no Brasil supõe, naturalmente, a possibilidade de diagnosticar com correção certos aspectos mais fundamentais do processo político vivido pelo país. Contrariamente aos modismos correntes em determinados quadrantes das ciências sociais contemporâneas, receosos de “evolucionismos” ou interpretações “lineares”, sou da opinião de que se impõe, na busca de diagnósticos como esse, enfrentar o desafio de se elaborar uma teoria adequada da mudança política na época moderna, para que se possa, assim, eventualmente capturar a lógica em jogo em qualquer processo particular.

Seria obviamente impróprio pretender discutir aqui os muitos problemas envolvidos na formulação de tal teoria, especialmente as dificuldades de ordem epistemológica que surgem na articulação entre a dimensão histórica dos fenômenos sociais e os desígnios “estruturais” e formalizantes contidos em qualquer esforço teórico – dificuldades estas que se colocam de forma particularmente clara quando se trata de uma teoria da mudança². Creio ser indispensável, porém, tratar de explicitar o que entendo corresponder à natureza do regime autoritário brasileiro de 1964, e parece útil, com esse propósito, apresentar sucintamente as grandes linhas de certa reflexão teórica que procurei desenvolver em trabalhos anteriores com respeito ao tema geral da mudança política a partir da crítica à literatura sobre “desenvolvimento político”³.

A discussão aí empreendida, partindo da análise abstrata dos dilemas envolvidos na ação coletiva e em qualquer forma de organização política,

¹ Trabalho apresentado ao painel “Transformações Sociais no Brasil Pós-64” do Congresso Internacional de Americanistas realizado em Manchester, Inglaterra, em outubro de 1982, e posteriormente publicado em Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

² Ver, a respeito, “Mudança, Racionalidade e Política”, capítulo 1 do presente volume.

³ Ver especialmente “Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político” e “Brasil: ‘Estado e Sociedade’ em Perspectiva”, neste volume.

baseia-se nas relações entre “sistemas de interesses” e “sistemas de solidariedade” – tal como estabelecidas por Alessandro Pizzorno em artigo de anos atrás⁴ – para chegar à noção de “mercado político” como aquela que permite sintetizar tais relações. Propõem-se, ao cabo, três fases ou estádios analiticamente distinguíveis no processo de desenvolvimento político, denominadas “política pré-ideológica”, “política ideológica” e “política pós-ideológica”. O critério para a distinção entre tais estádios é o grau de expansão do “mercado político”, o qual está condicionado pelo caráter mais ou menos envolvente ou restritivo das formas de solidariedade prevalentes, que por sua vez condicionam as feições assumidas pela confrontação de interesses no processo político. A análise dos obstáculos à expansão concomitante da solidariedade territorial e do “mercado político” permite incorporar coerentemente os fatores de ordem estrutural, institucional e sócio-psicológica geralmente considerados de maneira fragmentária na literatura dedicada ao tema do desenvolvimento político.

Assim, a expansão da solidariedade territorial e do mercado político numa coletividade – expansão cujo grau máximo corresponderia à condição hipotética descrita como política pós-ideológica, caracterizada pelo livre jogo de interesses individuais – é vista como embaraçada sucessivamente, nas duas outras fases, por obstáculos de natureza estrutural e sociopsicológica típicos de cada fase. A política pré-ideológica ou tradicional se distingue pela proeminência assumida por problemas relativos à emergência e consolidação da aparelhagem estatal enquanto núcleo de poder efetivo e coextensivo, que se refere à capacidade de fazer valer as decisões que dele emanem, à coletividade como um todo, em suas dimensões social e territorial. Os obstáculos que se opõem ao processo correspondente, o qual chamo “institucionalização do poder”, referem-se ao substrato material (condicionado por problemas de ordem ecológica e por fatores como a estrutura de comunicações e a intensidade e o caráter das transações econômicas) necessário ao desenvolvimento e à penetração dos instrumentos organizacionais e dos símbolos de toda ordem nos quais se funda a pretensão de determinada aparelhagem governamental de vir a constituir-se em centro de decisões efetivas em todo o âmbito de determinado território.

⁴ Alessandro Pizzorno, “Introduzione allo Studio della Partecipazione Politica”, *Quaderni di Sociologia*, 15, 3-4, julho-dezembro de 1966.

Um segundo tipo de obstáculos à plena vigência do mercado político refere-se à existência de focos particulares de solidariedade capazes de competir, por sua natureza, com a própria coletividade pela lealdade de seus membros. No contexto representado pela passagem da política tradicional à ideológica, este tipo de obstáculos assume especial relevância, situando o problema da “institucionalização da autoridade” em conexão com a irrupção de demandas de igualdade e com o questionamento concomitante da ordem política erigida no estádio anterior. O substrato para a emergência de tais problemas está dado pelo processo de mobilização social e pelo aparecimento de grupos tais como as classes sociais, enquanto focos de solidariedade universalística, em substituição aos vínculos de natureza pessoal e clientelística típicos da política pré-ideológica. Tais grupos se caracterizam por serem grupos “multifuncionais” de objetivos difusos, que correspondem a subculturas envolventes, distinguindo-se, ademais, pela natureza não voluntária (ou baseada em “adscrição”, para recorrer à expressão com frequência utilizada na tradução do termo inglês *ascription*) da participação de seus membros. Um aspecto crucial da dinâmica da expansão do mercado político situado pela emergência do problema da igualdade concomitantemente com a relevância assumida por tais grupos tem a ver precisamente com as pressões no sentido de levar às últimas consequências o processo deflagrado pela mobilização social, em que as relações reguladas por princípios adscritivos são parcialmente substituídas por outras reguladas pelos princípios potencialmente igualitários do mercado.

Na perspectiva propiciada por esse esquema, o ponto de partida para a discussão dos regimes autoritários em geral consiste em concebê-los como vicissitudes da política ideológica. As condições mais favoráveis à ocorrência de regimes autoritários do tipo que tem caracterizado, em tempos recentes, alguns países da América Latina e da Europa meridional encontram-se nas fases intermediárias da política ideológica – mais precisamente, nas circunstâncias que se ajustam à noção de “pretorianismo de massas”, de Samuel Huntington⁵. Aí, a emergência dos interesses e dos focos de solidariedade correspondentes à classe trabalhadora e aos “setores populares” em geral vem pôr em xeque os arranjos institucionais antes

⁵ Samuel P. Huntington, *Political Order in Changing Societies*, New Haven, Yale University Press, 1968, especialmente capítulo 4.

precários que resultam da incorporação prévia das classes médias ao processo político. A marca decisiva da política ideológica como tal sendo o surgimento das classes sociais (e de outros grupos multifuncionais, tais como os grupos ou identidades étnicas) como o foco principal do processo político, o pretorianismo de massas – e o autoritarismo do tipo em questão como resposta a ele – corresponde a um momento ou configuração de traços particular, que diz respeito à mobilização das classes populares. Diversos fatores, entre os quais avulta em importância o grau em que a assimilação prévia das classes médias se tenha consolidado sob a forma de um controle efetivo do processo político por parte delas ou resultado, ao invés disso, em sua inserção insegura numa estrutura sociopolítica em que se preserve o caráter basicamente tradicional e oligárquico, respondem pelas chances de que o processo geral se encaminhe seja no rumo do “tipo ideal” de política ideológica (sob a forma, por exemplo, da política de partidos ideológicos, tal como se encontra na França da IV República ou na Itália da mesma época), seja no do padrão de regimes bonapartistas ou de outros regimes “fortes” controlados pelos militares. Ademais, a alternativa assim expressa pode não ser uma verdadeira alternativa, correspondendo antes a duas etapas distintas, nas quais a política de partidos ideológicos culminaria desenvolvimentos que passariam através do bonapartismo ou do autoritarismo, entre outros “arranjos” possíveis.

Como quer que seja, distintas formas ou variações do próprio autoritarismo irão depender da medida em que o processo de mobilização e ativação política das classes populares tenha podido desdobrar-se anteriormente aos eventos que levem ao efetivo estabelecimento do regime autoritário. Traços de um regime autoritário tais como o fato de depender amplamente da coerção direta ou de poder contar, ao contrário, com a manipulação ideológica e simbólica, bem como muito do que tem a ver com os prospectos de estabilidade e permanência do regime, podem ser referidos ao amadurecimento e à capacidade de afirmação política dos setores populares. Isso pode ser visto como forma diferente de dizer que muito dos prospectos de *institucionalização* que eventualmente se abrem para os regimes autoritários – ou seja, de que estes venham a mostrar-se capazes de se organizarem de maneira a assegurar estabilidade sociopolítica sobre a base de uma “fórmula política” que permaneça autoritária e restritiva no que diz respeito à participação dos setores populares – depende da realização mais ou menos cabal daquilo que a perspectiva marxista tende a

ver como o processo de formação de classe relativamente à classe trabalhadora e, portanto, do conjunto de traços ideológicos, intelectuais e sociopsicológicos (envolvimento e consciência política, informação sobre assuntos de interesse político, capacidade de vincular e estruturar informação sobre questões de natureza heterogênea e de perceber ou estabelecer sua relevância política) que tenderiam a associar-se com o cumprimento daquele processo.

II

O quadro composto pelas principais proposições envolvidas nessa concepção das relações entre mobilização social e formação de classe, de um lado, e a viabilidade, as chances de estabilização e outras características dos regimes autoritários, de outro, tem, como parece claro, uma feição geral bastante ortodoxa e mesmo clássica. Apesar de numerosas polêmicas mais ou menos carregadas de equívocos que se podem encontrar nesse terreno⁶ – como, de resto, em tudo o mais nas ciências sociais –, tais proposições se acham pelo menos implícitas, por exemplo, na famosa passagem de Marx sobre os camponeses franceses encontrada em *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*, a qual pode ser lida como um enunciado da relação entre a mobilização social e a formação de classes sociais efetivas, além de inscrever-se num contexto em que se trata precisamente de explorar a relação entre tais processos e a ocorrência de experimentos autoritários de certo tipo⁷. Parece possível, contudo, avançar além desse ponto se se traduzem aquelas proposições nos termos de alguns instrumentos conceituais contemporâneos e se examina, a partir daí, sua articulação em forma analiticamente mais precisa.

Um modelo conceitual claramente relevante é o modelo da “centralidade” desenvolvido por cientistas políticos americanos para dar conta dos dados sobre a participação política nos Estados Unidos. Tal como

⁶ Tenho em mente especialmente certo tipo de crítica dirigido por autores marxistas, particularmente latino-americanos, à chamada teoria da modernização e ao uso feito de conceitos como o de mobilização social. Um exemplo dessa perspectiva pode ser encontrado em Francisco Weffort, *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, capítulo 6, especialmente pp. 128 e seguintes e 136.

⁷ Veja-se, por exemplo, Robert C. Tucker (ed.), *The Marx-Engels Reader*, Nova York, W. N. Norton, 1972, pp. 515-516.

empregada nos estudos americanos, a noção de centralidade da posição social global de um indivíduo é algo complexa, envolvendo uma dimensão “objetiva” e outra “subjéctiva”. A dimensão objetiva corresponde, de um lado, à posição socioeconômica (a subdimensão “vertical” da centralidade objetiva), bem como, de outro, a coisas tais como experiência urbana e amplitude da rede de interação social (a subdimensão “horizontal”), enquanto a dimensão subjéctiva diz respeito a aspectos sociopsicológicos e intelectuais tais como o grau de informação sobre questões políticas e o sentimento – de definição algo imprecisa – de desenvoltura e segurança subjéctiva nos contatos sociais⁸. Para nossos propósitos, é importante salientar a maneira pela qual a noção de centralidade se mostra paralela à de mobilização sociopolítica, que também envolve tanto uma dimensão estrutural-ecológica, basicamente referida ao processo de urbanização (com a correspondente intensificação da comunicação social), quanto dimensões de natureza sociopsicológica, intelectual e ideológica, tendo a ver com fenômenos como maior capacidade de “empatia”, maior envolvimento sociopolítico geral, maior propensão a atitudes politicamente inconformistas etc. Na verdade, uma das críticas que têm sido dirigidas ao uso feito da noção de mobilização social refere-se à tendência a mesclar, com o emprego de um termo único, dimensões diversas de um processo de grande complexidade, tendência esta que normalmente redundaria em se supor que uma direção ou forma *específica* de ativação política (inconformista, “contestadora”, “radical”) seja a consequência predeterminada das mudanças de tipo estrutural-ecológico que conformam o substrato daquele processo.

De outro lado, como é bem sabido – tendo sido elaborado no notável artigo de Pizzorno acima citado⁹ –, o modelo da participação política referido à centralidade pode ser contrastado ao modelo da participação baseado na ideia de consciência de classe. Enquanto o primeiro sustenta que a participação é maior quanto maior o grau de centralidade da posição dos indivíduos, o último propõe que “a participação política é maior quanto maior (mais intensa, mais clara, mais precisa) é a consciência de classe”¹⁰.

⁸ A clássica apresentação sintética da teoria da centralidade se encontra em Lester W. Milbrath, *Political Participation*, Chicago, Rand McNally, 1965. Para a definição da dimensão subjéctiva do conceito, veja-se p. 111.

⁹ Pizzorno, “Introduzione”.

¹⁰ *Ibidem*, p. 261.

É de interesse assinalar que, apesar de ambos os modelos destacarem a relação quer da centralidade da posição social ou da consciência de classe com a *intensidade* da participação política, sem nada afirmarem com respeito à *direção* desta última (ou seja, seu caráter “radical” ou “conservador”), eles correspondem de perto a duas maneiras de ver o problema da participação política que são moeda corrente fora do campo das ciências sociais e que se interessam sobretudo precisamente pela direção da participação. Elas poderiam designar-se como o modelo da “participação divergente” e o da “participação convergente”. O primeiro corresponderia a uma concepção difundida da política ideológica, na qual partidos e movimentos políticos se distribuiriam claramente ao longo de um eixo esquerda-direita e apelariam a frações ideologicamente orientadas do eleitorado (ou da população em geral) que se ajustariam à estrutura das classes sociais. Já o segundo envolve uma concepção idealizada e conservadora do processo político na qual, à medida que os indivíduos sejam cabalmente mobilizados e venham a se tornar sofisticados e “racionalistas” na avaliação daquele processo, caberia esperar que eles viessem a se tornar também cada vez mais integrados ao sistema sociopolítico, prontos a apoiarem os “verdadeiros interesses da nação”¹¹.

Pois bem. Diferentemente do mero contraste entre os modelos da centralidade e da consciência de classe, os padrões e formas de participação política deparados no desenrolar do processo de mobilização parecem exigir, para sua adequada explicação, uma articulação relativamente complexa daqueles dois modelos que: 1) corrobora a relevância explicativa do conceito de mobilização sociopolítica, destacando uma forma específica de associação entre as dimensões estrutural-ecológica e intelectual-psicológica (ideológica) daquele conceito tal como se traduzem em termos das dimensões de “centralidade”; 2) permite ter em conta não apenas a intensidade da participação política, mas também sua direção conformista ou inconformista. Concretamente, a proposição básica é a de que os fatores correspondentes às diferentes dimensões da noção de centralidade exercem um papel causal não apenas diretamente com respeito à participação política (ou especificamente eleitoral), mas também ao condicionarem, em

ampla medida, *as probabilidades de que o modelo de consciência de classe possa ele próprio atuar* sobre aquela participação. Vejamos como se pode desdobrar analiticamente essa proposição.

Se tomamos as duas subdimensões “objetivas” da noção de centralidade (a vertical, que diz respeito a posição socioeconômica, e a horizontal, que diz respeito sobretudo a experiência urbana), podemos ver que os limites extremos de posições altamente “periféricas” ou altamente “centrais” correspondem respectivamente aos estratos baixos rurais e aos estratos altos urbanos. Pareceria adequado supor que os representantes dessas posições extremas deveriam situar-se também em pólos opostos no que se refere a opiniões e inclinações políticas, com os últimos exibindo alto grau de conservadorismo e apego ao *status quo* e os primeiros, alto grau de insatisfação frente a um sistema que os marginaliza de diversas maneiras. Sabidamente, porém, tal suposição seria equivocada no que diz respeito aos estratos baixos rurais. Pois, neste caso, a condição objetivamente marginal ou periférica se encontra com frequência associada a uma atitude geral de deferência e a formas de lealdade de tipo clientelístico ou inter-classes, traços estes que favoreceriam antes propensões conformistas. Nas áreas rurais ou semi-rurais, assim, seria de esperar que maiores frequências de inclinações inconformistas viessem a encontrar-se em níveis intermediários da estrutura social, suficientemente favorecidos do ponto de vista socioeconômico para escapar às limitações intelectuais e psicológicas próprias da condição consistentemente marginal ou periférica, mas não a ponto de que os *vested interests* em relação ao sistema existente prevaleçam de vez na determinação de suas opiniões – ou seja, não tanto que estas sejam determinadas por completo em direção conservadora, segundo o modelo da consciência de classe. Tal modelo teria melhores condições de operar nas demais categorias que se podem distinguir, os estratos altos rurais e os diversos níveis da estrutura social urbana. Nestes, teríamos fatores diversos de centralidade objetiva – seja a posição socioeconômica favorável ou os estímulos e a intensidade de comunicação próprios do meio urbano, ou ambos – produzindo resultados em termos de abertura psicológica e acesso a informação que contrastam em graus variados com a contrapartida subjetiva da condição de marginalidade consistente e permitem, na mesma medida, a determinação das opiniões e do comportamento político pela consideração do interesse próprio, isto é, segundo o modelo da consciência de classe. Contudo, a

¹¹ Ilustração exemplar dessa perspectiva se tem na mensagem dirigida pelo presidente Ernesto Geisel ao Congresso brasileiro em março de 1976, onde a possibilidade da existência de partidos políticos “autênticos” no Brasil é remetida a um momento futuro em que o país venha a ter um eleitorado composto de cidadãos “conscientes, racionais e sociabilizados”.

qualificação contida na expressão “em graus variados” é importante, pois mesmo o ambiente dos maiores centros urbanos (particularmente num contexto de intensa migração rural) não está isento da presença de marginalidade objetiva e subjetiva e de seu séquito de desinformação, deferência e conformismo. Na verdade, um quadro adequado dos processos em jogo revelaria, no ambiente urbano como no rural, um *limiar* de participação social geral e envolvimento intelectual-psicológico aquém do qual teríamos conservadorismo por *falta de atuação* dos mecanismos associados à consciência de classe e além do qual teríamos ou inconformismo ou conservadorismo pela *atuação* desses mecanismos – com a importante reserva adicional quanto à forma incipiente ou rudimentar que tal atuação pode assumir.

Assim, o esquema de interpretação proposto se afasta do modelo da “participação convergente” (com a afinidade deste ao modelo da centralidade) por pretender ler nos dados pertinentes que, à medida que se neutralizem os fatores de marginalidade subjetiva, teremos não a tendência à expressão de valores consensuais, mas antes a expressão de interesses correspondentes às várias posições na estrutura social, ou às várias classes sociais. Mas ele se afasta também do modelo da “participação divergente” e do mero recurso ao modelo da consciência de classe, na medida em que reconhece a existência e o vigor dos fatores de marginalidade subjetiva e de mecanismos que bloqueiam a tomada de consciência do caráter não igualitário da estrutura social, mecanismos estes que atuam segundo os padrões previstos pelo modelo da centralidade.

III

Voltemo-nos agora para o tema dos partidos políticos no Brasil. O período que vai de 1945 a 1964 propicia um contraste com a situação atual ao qual se faz necessário recorrer como ponto de partida, mesmo porque alguns dos tópicos repetidamente presentes no discurso político brasileiro de nossos dias a respeito dos partidos políticos referem-se inicialmente aos partidos que então existiram.

Um desses tópicos, talvez o favorito e certamente o de maior alcance do ponto de vista de uma avaliação como a que aqui se procura fazer, diz respeito ao suposto “amorfismo” que caracterizaria a estrutura partidária

brasileira daquele período. Com efeito, amiúde se sustenta que os partidos então existentes não seriam senão criações artificiais, sem bases sociais autênticas e sem diferenciação ideológica nítida. Tais características seriam a contrapartida ou o reflexo de traços que marcariam o próprio eleitorado, o qual é visto, em geral, como politicamente amorfo e inconsistente, pouco envolvido ou interessado em questões políticas e destituído de verdadeira “consciência política”. Em última análise, segundo essa visão, os partidos se distinguiriam apenas pelo grau em que, através de expedientes mais ou menos espúrios, se mostravam capazes de atrair diferentes parcelas daquele eleitorado politicamente alheio e manipulável. Como avaliar tal diagnóstico, e que relevância tem para os problemas de pós-64?

O sistema partidário existente entre 1945 e 1964 chegou a incluir 13 partidos, de importância muito variada na cena política do país. 1945 marca o fim da ditadura de Getúlio Vargas, que exercera o poder supremo desde 1930. Mas é da iniciativa do próprio Vargas que brotam, na transição para a fase democrática da vida brasileira que então se inaugura, dois dos mais importantes partidos do período: o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No PSD se organizam os interesses que gravitavam em torno da máquina político-administrativa da ditadura varguista. Em especial, ele congrega homens que haviam atuado como interventores de Getúlio Vargas junto ao governo dos estados, bem como – com variações regionais – as lideranças de bases rurais que haviam tradicionalmente ajudado a compor a estrutura clientelística da política brasileira. De orientação conservadora, mas afeito ao jogo do poder, o “pessedismo”, que tem seu principal núcleo em Minas Gerais, rapidamente adquire a imagem que viria marcar o político mineiro e, de certa forma, impregnar de maneira negativa a própria ideia de política no Brasil: a do político hábil, pragmático e pouco escrupuloso.

O PTB, por seu turno, organiza-se com o objetivo de atrair as massas trabalhadoras urbanas em expansão, manejando como trunfo a imagem de “pai dos pobres” adquirida por Vargas em conexão com suas iniciativas na área trabalhista, especialmente a legislação do trabalho introduzida como parte da estrutura corporativa montada durante o Estado Novo (1937-45). Essa estrutura se mantém intacta posteriormente, atrelando os sindicatos de trabalhadores ao Ministério do Trabalho e compondo com os quadros

petebistas as alavancas de controle político do movimento trabalhista por Getúlio Vargas e figuras a ele ligadas – especialmente João Goulart, político gaúcho que se afirma no cenário político nacional como ministro do Trabalho de Vargas no mandato presidencial que este obtém nas urnas em 1950. Em termos gerais, o período que vai de 1945 a 1964 pode ser descrito como correspondendo ao controle do processo político brasileiro pela coalizão formada por PSD e PTB.

O principal partido a opor-se a tal coalizão é a União Democrática Nacional (UDN), que se estabelece em torno dos líderes da oposição liberal ao regime varguista ao final do período ditatorial. Atraindo empresários, profissionais liberais e classes médias urbanas, a UDN exerce no período um papel marcado por grande ambiguidade: sendo originária e retoricamente liberal e representando o porta-voz de estridente oposição moralista ao condomínio PSD-PTB, não deixou, porém, de favorecer e estimular a intervenção dos militares no processo político sempre que tal intervenção pareceu servir aos interesses do partido, e próceres udenistas vieram a ser alguns dos nomes civis mais expressivos a integrarem o governo surgido do movimento político-militar de 1964.

Dentre vários outros partidos ou movimentos de expressão meramente regional, merece destaque o Partido Social Progressista (PSP), controlado por Adhemar de Barros e de significativa presença em São Paulo, o principal estado da Federação. Singulariza-se o PSP por combinar um apelo marcadamente populista com a montagem de eficiente máquina eleitoral baseada na manipulação de prebendas facultada pelo acesso ao poder estadual. O populismo paulista tem, porém, no período, outra vertente de muito maiores consequências para o jogo político nacional, a saber, o movimento constituído ao redor de Jânio Quadros. Ascendendo meteoricamente, em larga medida à margem da estrutura partidária, desde sua eleição para a Câmara Municipal de São Paulo, Quadros viria a alcançar a Presidência da República e a ter participação importante nos eventos que culminaram no levante militar de 1964. Seu apelo político baseava-se numa imagem de autenticidade popular de cunho apolítico ou mesmo antipolítico, bem como numa veemente mensagem de moralização político-administrativa.

Precisamente o êxito das lideranças e movimentos populistas, bem como o da própria coalizão PSD-PTB (a expressar, de certa forma, o

acoplamento entre massas supostamente manipuláveis e elites que lhes são heterogêneas por sua origem social, acoplamento este que caracterizaria o populismo latino-americano em geral), serve como ponto focal das denúncias de amorfismo e inconsistência acima mencionadas com respeito ao eleitorado e aos partidos. Seja qual for a parcela de verdade contida em tais denúncias, que poderemos apreciar melhor adiante, cumpre assinalar a existência, já no período examinado, de indícios que se contrapunham com nitidez a elas. Assim, há, por um lado, evidências que mostram, durante o curto período em que o Partido Comunista Brasileiro pôde atuar legalmente e participar abertamente do processo eleitoral (até 1947), a nascente “ideologização” das camadas populares do eleitorado brasileiro em seus setores “de ponta”. Dados analisados por Azis Simão relativamente ao comportamento eleitoral dos trabalhadores da cidade de São Paulo nas eleições de 1947 para a Assembleia Legislativa paulista revelam que, enquanto o PCB e o PTB obtinham conjuntamente uma ampla proporção do voto trabalhador, o PCB tinha claramente a preferência dos trabalhadores *industriais*: ele recebia proporção muito maior dos votos apurados nos distritos eleitorais que incluíam maiores porcentagens de trabalhadores industriais e que se localizavam nas regiões da cidade que haviam sofrido maior penetração industrial, exibindo, em muitos casos, uma tradição industrial proveniente de finais do século passado¹².

Mas também com respeito ao PTB, apesar de sua inspiração varguista e dos desígnios de manipulação normalmente imputados a suas lideranças, podemos encontrar indícios que vão em direção diferente. Assim, o partido cresce consistentemente em sua penetração durante o período considerado, evidenciando que sua mensagem – ou pelo menos sua imagem – encontra certo tipo de ressonância no eleitorado que não se poderia descartar sem mais. Além disso, como mostraram análises como as de Gláucio Soares e Antônio Octávio Cintra, os correlatos dessa penetração – em termos tanto dos estratos sociais em que ela ocorre diferencialmente quanto das percepções e opiniões políticas – estão longe de ajustar-se ao que se presumiria com base na tese do “amorfismo”, ainda que comportem ambiguidades¹³. Na verdade, a apreciação global que cabe extrair dos dados

¹² Azis Simão, “O Voto Operário em São Paulo”, em *Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia*, São Paulo, Sociedade Brasileira de Sociologia, 1955.

¹³ Vejam-se, por exemplo, Gláucio Ary Dillon Soares, “The Political Sociology of Uneven Development in Brazil”, em Irving L. Horowitz (ed.), *Revolution in Brazil*, Nova York, E. P.

pertinentes é congruente com a tese de Celso Furtado a respeito da “dialética do populismo”, segundo a qual os mecanismos acionados com intuídos manipuladores pelas lideranças populistas terminam por configurar-se, em medida significativa, em fatores de real mobilização política dos setores populares¹⁴. E não é outra a razão de que, realizado o movimento político-militar de 1964 como reação às ameaças percebidas num quadro em que avulta precisamente aquela mobilização, o regime autoritário tenha pouco depois julgado conveniente extinguir pela força os partidos então existentes, buscando substituí-los por uma estrutura partidária mais apta a servir aos seus propósitos.

IV

Essa extinção se dá em 1965, com o Ato Institucional n.º 2. Sua razão imediata foi a vitória obtida, naquele ano, por candidatos do PSD para o governo dos importantes estados de Minas Gerais e da Guanabara. Por meio dos dispositivos legais então implantados, o governo impôs ao país o bipartidarismo, congregando na Aliança Renovadora Nacional (ARENA) as forças de apoio político-parlamentar ao regime e forçando, pelo rigor das exigências para a constituição de novos partidos, os políticos opositores que haviam sobrevivido aos expurgos e cassações a se agruparem num único partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Cabe indagar das razões dessa opção pelo bipartidarismo. Elas certamente incluem a visão idealizada do bipartidarismo existente em alguns dos países ocidentais mais avançados economicamente, visão esta que pode ser considerada como integrando o ideário liberal-democrático a que os mentores do regime de pós-64 jamais chegaram a renunciar abertamente – e que aparentemente impediu a opção por um sistema unipartidário, cuja imposição teria então sido possível. Por outro lado, tal como realizada, a imposição de um bipartidarismo formal, se salvava as aparências quanto ao ideário liberal verbalmente professado pelo regime, parecia ter condições de redundar num unipartidarismo de fato. Expurgadas

Dutton, 1964; e Antônio Octávio Cintra, “Partidos Políticos em Belo Horizonte: Um Estudo do Eleitorado”, *Dados*, no. 5, 1968.

¹⁴ Veja-se Celso Furtado, *Dialética do Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964, pp. 83-85.

as hostes opositoras das lideranças mais aguerridas e eleitoralmente vigorosas do populismo anterior; obtida a coesão do dispositivo político-partidário governamental através da atuação conjugada do estabelecimento de linhas nítidas de separação entre os “pró” e os “contra”, da manipulação da máquina do governo e do recurso a instrumentos de pressão ou coerção aberta; empreendido, através de campanhas e iniciativas de diversos tipos (incluindo a introdução do ensino de “educação moral e cívica” em todos os níveis do sistema educacional), o esclarecimento público contra a corrupção e os artifícios demoníacos de movimentos e figuras de inspiração alheia à “índole do povo brasileiro”; as condições pareciam criadas para que o regime viesse a contar, a curto prazo e de maneira estável, com os frutos eleitorais de políticas desenvolvidas com seriedade e eficiência nos diversos campos de atuação governamental. E os votos dados ao partido do governo num quadro de disputa bipartidária seriam fator importante de legitimação, mesmo – e talvez sobretudo – no cenário internacional.

Como quer que seja, a implantação do bipartidarismo revelou-se, *a posteriori*, uma decisão de importantes consequências para a dinâmica do regime, embora certamente não as consequências previstas por ele. Ela redundou, com efeito, numa simplificação drástica do universo defrontado pelo eleitor e de suas opções ao tomar a decisão eleitoral. Do ponto de vista da consciência política dos estratos populares, tal simplificação se superpôs “convenientemente” ao simplismo das percepções e opiniões políticas – com a consequência de que, passado o momento inicial de perturbação e surgindo as oportunidades para que o partido de oposição pudesse dirigir ao eleitorado uma mensagem aguerrida, projetando certa imagem de tonalidades populares, viesse ele a capitalizar eleitoralmente as mesmas tendências que haviam anteriormente produzido o populismo. Facilitada pelo quadro político-partidário bipolar, que passou a fornecer claro molde institucional para contraposições simples como as que se dão na consciência popular entre categorias tais como “ricos” e “pobres”, “povo” e “governo”¹⁵, tal retomada das tendências anteriores se deu em 1974, quando o MDB catalisou pela primeira vez as preferências populares e obteve inequívoca vitória nas eleições para o Senado. Abre-se, a partir daí, nova

¹⁵ Veja-se Fábio W. Reis, “As Eleições em Minas Gerais”, em Bolívar Lamounier e Fernando H. Cardoso (orgs.), *Os Partidos e as Eleições no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, para apresentação de material empírico pertinente.

fase nas manobras institucionais do regime, que buscam agora neutralizar o potencial de mobilização do voto popular com que o MDB passa a contar sobretudo nos centros urbanos, culminando na liquidação forçosa do bipartidarismo e na restauração de uma estrutura multipartidária por meio de poderosos incentivos legais e políticos.

Do ponto de vista analítico, a imposição do bipartidarismo representou, como os resultados sucintamente descritos sugerem, um experimento de grande interesse, no qual a própria simplificação artificial das opções permite a cristalização mais clara de certas tendências básicas. Essa cristalização, por outro lado, se dá de maneira a desmentir a tese do “amorfismo” do eleitorado, apesar dos matizes cuja consideração os dados disponíveis a respeito impõem. Examinaremos resumidamente, a seguir, algumas conclusões das análises de tais dados, destacando a “morfologia” do apoio partidário tal como pode ser traçada em termos das dimensões básicas envolvidas na noção de centralidade anteriormente discutida e alguns aspectos político-ideológicos subjacentes à identificação partidária e a sua diferenciação nas diversas camadas socioeconômicas. As proposições a serem apresentadas referem-se a dados coletados através de *surveys* executados em quatro cidades por ocasião das eleições de 1976¹⁶.

O Quadro 1 procura dispor graficamente a maneira pela qual a identificação com um ou outro dos partidos existentes em 1976 se distribui

¹⁶ A análise detida do material correspondente pode ser encontrada em Fábio W. Reis (organizador), *Os Partidos e o Regime: A Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro*, São Paulo, Símbolo, 1978, que foi o primeiro resultado de pesquisa realizada por ocasião das eleições municipais de 1976 nos municípios de Juiz de Fora, MG; Presidente Prudente, SP; Niterói, RJ; e Caxias do Sul, RS. A pesquisa, executada em colaboração entre o Departamento de Ciência Política da UFMG, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e o Departamento de Ciências Sociais da UFRGS, foi coordenada conjuntamente por Bolívar Lamounier, Olavo Brasil de Lima Júnior, Héglio Trindade e Fábio W. Reis. Parte do texto que se segue é uma adaptação de minhas contribuições a esse volume: “Classe Social e Opção Partidária: As Eleições de 1976 em Juiz de Fora” e “Conclusão: Em Busca da Lógica do Processo Eleitoral Brasileiro”. Além desses capítulos, o volume contém ainda os seguintes trabalhos, aos quais se referem todas as menções aos co-autores a serem encontradas adiante: Bolívar Lamounier, “Presidente Prudente: O Crescimento da Oposição num Reduto Arenista”; Olavo Brasil de Lima Júnior, “Articulação de Interesses, Posição Socioeconômica e Ideologia: As Eleições de 1976 em Niterói”; Héglio Trindade, “A Polarização Eleitoral numa Comunidade Agro-Industrial Moderna”; e Judson de Cew, “A Decisão Eleitoral em Caxias do Sul”.

pela estrutura social. Começamos pelos limites inferiores do sistema que o esquema sugere, ou seja, aqueles que têm a ver com a fronteira mesma entre a exclusão total e algum grau de participação. O zero absoluto corresponde aqui à condição de cidadania de segunda classe em que as pessoas se vêm privadas do próprio direito formal ao voto. A proibição legal do voto dos analfabetos, até há pouco existente no Brasil, colocava-os obviamente nessa condição. Assinale-se, porém, que a exclusão se manifesta em formas que vão além da privação da possibilidade de votar: os dados mostram que mesmo a identificação *subjativa* com qualquer dos partidos (a simples preferência por qualquer deles) declina de maneira desproporcional entre os analfabetos. Mas é de interesse igualmente ressaltar que os analfabetos não são os únicos nessa categoria. O complexo de fatores que compõem a condição marginal contém outros mecanismos pelos quais novos contingentes das camadas socioeconômicas inferiores da população são excluídos do sufrágio, tais como as dificuldades de qualquer ordem para manter regularizada a documentação exigida do votante, que tendem a incidir diferencialmente nos diversos estratos socioeconômicos, mais marcadamente nos estratos mais baixos. Por outro lado, congruentemente com a visão de que temos maior marginalidade no pólo rural da dicotomia rural-urbano, os dados mostram que, dentre as quatro cidades estudadas, o efeito conjunto de analfabetismo e exigências burocráticas quanto a excluir da participação eleitoral é maior em Presidente Prudente, que melhor corresponde ao pólo rural e onde a proporção dos que não votam por qualquer razão alcança 31 por cento da amostra.

Se vamos além e buscamos avaliar as consequências da condição periférica ou marginal do ponto de vista do conteúdo da participação, ou de como afeta o apoio a cada um dos partidos, a primeira indagação se refere aos efeitos, nesse sentido, da própria exclusão formal do direito de voto. Alguns dados de Juiz de Fora são especialmente elucidativos a respeito. Tomando a renda familiar em categorias que se dispersam desde aqueles que contam com um salário mínimo ou menos por mês até os que contam com mais de 20 salários mínimos, vê-se que as frequências dos que deixam de votar por qualquer razão diminuem quase linearmente desde nada menos de 34 por cento entre os primeiros a 11 por cento entre os últimos. Isso contrasta agudamente com a variação dos votos dados à ARENA, que crescem de 29 a 54 por cento entre as mesmas categorias, enquanto os votos dados ao MDB permanecem praticamente constantes ao redor da proporção

média de 28 por cento. Tal padrão indica de maneira muito clara que a perda do sufrágio se daria sobretudo em detrimento do MDB, excluindo da participação contingentes significativos de eleitores potenciais daquele partido.

Mas as coisas são mais complexas. Pois, além da exclusão formal do direito de voto, os traços intelectuais e psicológicos que se associam à posição periférica de setores dos estratos baixos tendem com frequência, na verdade, a resultar em maior incidência de preferência pela ARENA. Começando pelo lado rural ou semi-rural das cidades estudadas, isso se verifica em Presidente Prudente, como destaca Bolivar Lamounier, entre as camadas *muito* baixas do eleitorado, quer se trate de analfabetos, daqueles que se situam em posição especialmente desvantajosa do ponto de vista ocupacional ou dos que declaram não contar

Quadro 1

DIMENSÕES DE “CENTRALIDADE” E DISPOSIÇÕES POLITICO-ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 1976 (DADOS DE *SURVEYS* EXECUTADOS NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS, SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E RIO GRANDE DO SUL)

	MEIO RURAL	MEIO URBANO	
POSIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA ALTA	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Atuação do modelo de consciência de classe: envolvimento e conservadorismo; arenismo alto</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Atuação do modelo de consciência de classe: conservadorismo e arenismo altos; alta estruturação ideológica</i> - <i>Minorias emedebistas liberais; alta estruturação ideológica</i> 	CENTRALIDADE CRESCENTE ↑
Limiar de participação	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Redução da marginalidade subjetiva, incongruência educação/ renda, presença de algum incoformismo; redução dos níveis de arenismo, núcleos emedebistas entre “segmentos ilustrados” da classe média (B. Lamounier)</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Minorias universitárias independentes ou emedebistas; alta estruturação ideológica</i> - <i>Setores médios educados: indeterminação: carreira pessoal ou incoformismo, arenismo ou emedebismo</i> 	
POSIÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA BAIXA	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Marginalidade subjetiva, alheamento, desinformação; deferência e conservadorismo; arenismo alto</i> 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Setores populares atuação do modelo de consciência de classe emedebismo alto; estruturação ideológica reduzida</i> - <i>Áreas especiais dos setores populares: marginalidade subjetiva, desinformação e deferência; ocasionalmente arenismo alto</i> 	← CENTRALIDADE CRESCENTE

Parece desnecessário insistir na ligação de tal incremento de “arenismo” nos níveis mais baixos com a carência de informação e o distanciamento psicológico face ao mundo político que diversos aspectos dos dados em questão revelam existir no extremo inferior da estrutura

social. Assim, a análise dos dados de Juiz de Fora revela a maneira pela qual a falta de informação condiciona, nos estratos mais baixos da população, a ocorrência bastante frequente (muito mais frequente do que as que se observam à medida que se sobe nos níveis de renda) de uma imagem positiva da ARENA como sendo a favor do voto direto para a escolha do presidente da República e demais autoridades executivas. Contudo, os dados de Niterói comprovam inequivocamente a ligação mencionada, pois mostram que a proporção de “arenistas” entre os eleitores de baixo nível educacional é tanto maior quanto maior o *desinteresse* pela política, enquanto precisamente o oposto se dá entre os “arenistas” de nível educacional alto. À parte o alheamento e o erro puro e simples das informações de que dispõem os setores em questão sobre os partidos, é bastante claro que a explicação para o padrão observado se encontra na atitude de deferência que ajuda a compor a síndrome da marginalidade subjetiva. Nessa perspectiva, o fato mesmo de que se tenha alto “arenismo” nos níveis socioeconômicos mais altos se torna um fator favorável ao seu aparecimento também em certas áreas dos extremos inferiores.

Se deixamos a zona de fronteira entre participação e exclusão em que nos movemos até aqui, o aspecto a assinalar inicialmente se refere a posições que, na escala bidimensional de centralidade objetiva, podem ser vistas como um patamar relativamente incipiente de participação e envolvimento, mas ainda assim suficientemente distante da condição de marginalidade subjetiva para ocasionar o surgimento de certo grau de inconformismo. Refiro-me aos estratos intermediários do setor rural ou semi-rural do sistema, que se ilustram com o que Bolívar Lamounier designa como os “segmentos ilustrados” da classe média de Presidente Prudente, onde parecem concentrar-se os núcleos de penetração do MDB no ambiente maciçamente pró-Arena daquela cidade. Os dados analisados por Lamounier indicam que esses redutos oposicionistas minoritários correspondem sobretudo a situações caracterizadas por certa incongruência entre o nível de escolaridade relativamente alto com que contam as pessoas e sua condição econômica, particularmente seu nível de renda, comparativamente insatisfatório. Por outro lado, Lamounier sugere que o padrão de distribuição social das preferências partidárias deparado em Presidente Prudente, com a penetração intersticial do MDB nessas posições da estrutura social, seria próprio das condições que caracterizam, de maneira mais geral, o que ele chama de “metrópoles periféricas”, entre as

quais se poderia incluir mesmo uma grande cidade como Salvador, capital do Estado da Bahia. Apreciada à luz do uso aqui feito das noções de “central” e “periférico”, essa sugestão acena com a possibilidade de se complicar a dimensão “horizontal” do esquema proposto, que passaria a incluir mais que a mera oposição entre rural (ou semi-rural) e urbano.

O ponto seguinte a destacar diz respeito às variadas situações em que se daria a atuação do modelo da consciência de classe. Naturalmente, a pretensão de apreender a consciência de classe por meio de dados como os de que aqui se trata defronta de imediato o velho problema da oposição entre as classes como grupos sociais efetivos e os estratos que se podem distinguir ao se submeterem dimensões variadas (escolaridade, renda familiar) a cortes mais ou menos arbitrários. Cabe fazer, entretanto, duas ponderações. Em primeiro lugar, a questão de saber até que ponto existe a possibilidade de se falar de classes sociais efetivas a respeito de certas categorias que se podem distinguir na estrutura social brasileira é precisamente uma das questões *substantivas* de interesse a que se dirigem estudos como os que procuram relacionar o processo eleitoral-partidário e o regime autoritário, seu significado e suas perspectivas. Em segundo lugar, sem negar a importância da questão metodológica mas sem pretender dirigir-se a ela, a suposição a que aqui se recorre é apenas a de que a forma (ou a direção) de certas relações básicas, como as que se dão entre a identificação partidária e “posições sociais” mais ou menos arbitrariamente distinguidas, ganha significado e coerência se tais posições são vistas como a tradução ou a expressão, embora defeituosa e longínqua, de classes sociais subjacentes.

Se isso é aceitável, a primeira observação de cunho substantivo que cabe fazer reitera, por um aspecto, o que se acaba de dizer: nas diversas posições da estrutura social em que se pretende encontrar a atuação do modelo de consciência de classe (setor rural alto, setores urbanos baixo e alto), tal pretensão se dirige especificamente à *forma* das relações deparadas entre posição social e opção partidária. Assim, é possível apontar alto “arenismo” nos estratos altos da população de Presidente Prudente. Igualmente, nas demais cidades se pode observar clara correlação positiva (se se prescindir por um momento de algumas complicações a respeito da variável educação, a serem mencionadas adiante) das preferências “arenistas” com indicadores de posição social tais como renda, ocupação e identificação subjetiva com determinada “classe”, correlação esta que

expressa o predomínio do MDB nos estratos baixos e da ARENA nos estratos altos.

Indo além da forma assim exibida pelas relações, porém, não se pretende que os dados permitam dizer que as variações na opção partidária segundo as posições sociais podem ser sempre postas em correspondência com conteúdos ideológicos que manifestem o tipo de afinidade com cada posição particular que se esperaria da afirmação plena do modelo de consciência de classe. Ao contrário, o esquema geral de interpretação aqui utilizado, baseado na combinação do modelo da centralidade com o modelo da consciência de classe, pretende propor que os mecanismos associados à centralidade objetiva e subjetiva condicionam não somente a possibilidade de que atue ou não o modelo de consciência de classe (como no que se refere aos fatores que bloqueiam a manifestação desta na condição propriamente marginal), mas também o grau em que atuará nos casos em que efetivamente atue. Por outras palavras, mesmo ultrapassado o limiar que separa a participação da exclusão “absoluta” (isto é, uma vez que se tenha deixado a condição de marginalidade total e penetrado, em alguma medida, o universo sociopolítico que conta), os fatores de centralidade continuam a “corrigir” – ou a “entortar”, se se preferir – a operação do modelo de consciência de classe. Assim, nas condições brasileiras, mais central a posição global (ou seja, mais urbana, mais alta), maior a possibilidade de “intensidade” e “clareza” da consciência de classe – e, para os setores populares, a vigência plena do modelo de consciência de classe dependeria da eliminação dos resíduos de marginalidade subjetiva (acentuada precariedade do acesso à educação, hábitos de deferência, privatismo etc.) que acompanham sua condição objetiva.

Tal proposição se corrobora de maneira muito clara nos graus variados de estruturação ideológica que os dados revelam existir junto a diferentes categorias da população das cidades estudadas. Assim, se se toma a dimensão “vertical” da centralidade, correspondente à posição socioeconômica, tanto no pólo mais urbano como no mais rural do conjunto de cidades se pode observar muito maior estruturação ideológica nas camadas altas do que nas camadas baixas da população. As primeiras exibem não apenas maior propensão a estarem conscientes e informadas das questões que agitam a cena política, mas também a adotarem posições em princípio coerentes sobre as diversas questões. Além disso, elas dão tradução mais “adequada” a tais posições no que se refere à identificação ou

preferência partidária – ou seja, os mais “inconformistas” tendem em maior medida a apoiar o MDB nas camadas altas (ainda que sejam aí minoritários) do que nas camadas baixas, o mesmo se dando com o apoio à ARENA por parte dos mais “conformistas”. Por outro lado, se se toma a dimensão “horizontal” da centralidade, indícios bastante claros sugerem a operação de um padrão geral análogo, a evidenciar, independentemente da posição socioeconômica, maior estruturação do universo político-ideológico no pólo urbano do que no pólo rural.

Ressalte-se que tal padrão geral, em atuação tanto no plano horizontal quanto no vertical, dá-se não obstante o fato de que seja possível observar igualmente nos dados indícios de que a *natureza* específica das questões de que se trate tem, por si mesma, consequências para a opção por um partido ou outro. Assim, nos estratos socioeconômicos mais baixos, certas questões mais “próximas”, ou que parecem afetar mais diretamente as condições da vida cotidiana das pessoas, parecem também ligar-se mais claramente à opção partidária do que as “remotas” questões de natureza político-institucional (ou seja, aquelas que têm a ver sobretudo com a própria natureza autoritária da vida política brasileira da atualidade, incluindo itens como o controle militar do processo político, os instrumentos excepcionais e arbitrários em poder do Executivo, as restrições impostas às campanhas eleitorais etc.). Para ilustrar, isso se pode constatar em especial com respeito a um item aparentemente de alta sensibilidade para a consciência popular: o da avaliação das condições da assistência médica acessível localmente, o qual mostra forte relação com a opção partidária, *nos estratos populares*, no sentido que se esperaria, ou seja, avaliações negativas se associam com a opção pelo MDB e avaliações positivas com a opção pela ARENA. Constatações desse tipo apontam, naturalmente, para a existência de formas diferenciais de se processar a estruturação do universo sociopolítico nas diferentes classes ou camadas da população, bem como nos contextos sociais diversos representados por ambientes rurais ou urbanos. Mas, obviamente, este é um dos aspectos ou dimensões da questão geral de que aqui se trata, e tais formas diferenciais de estruturação ideológica se vinculam com o problema do “grau”, “intensidade” e “clareza” – para tomar ainda uma vez as expressões de Pizzorno – da consciência de classe. Por outras palavras, a consciência de classe irá crescer precisamente em função da medida em que exista a capacidade de integrar a percepção ou definição das questões de natureza diversa e a

posição assumida com respeito a cada uma, de sorte que se possa chegar a uma visão dos interesses gerais da classe que não apenas leve a que se *tenha* opinião quanto às questões de diferentes tipos ou níveis, mas também oriente e permita fundar coerentemente tais opiniões. Ora, os dados revelam que essa capacidade existe em maior grau, em geral, nas posições mais altas e “centrais”.

Concluamos esta apresentação sumária das constatações das análises em questão com breve referência às categorias mencionadas no Quadro 1 como contando com alta escolaridade, seja os “setores médios educados” ou as “minorias universitárias”. Com efeito, a consideração do grau de educação formal dos eleitores, sobretudo em conjugação com as faixas de idade, permite apreciar interstícios especiais que se compõem na estrutura social. Naturalmente, a educação se encontra correlacionada com variáveis como renda familiar, e o nível educacional pode ser tomado como indicador de posição social geral. Apesar disso, seus efeitos tendem a ser peculiares por diversas razões, tais como: 1) a educação formal traduz-se imediatamente em graus diversos de sofisticação intelectual, de relevância direta para as opiniões e atitudes políticas; 2) ela se articula de maneira relativamente complexa com as aspirações quanto a condições gerais de vida e com a avaliação do êxito na realização de tais aspirações, articulação esta que é condicionada pela idade dos eleitores; 3) sobretudo no nível universitário, a experiência educacional tende a corresponder à exposição direta a um ambiente singularmente sensível politicamente, a qual tende a dar-se também em determinada faixa de idade. Como quer que seja, os dados aqui considerados indicam que o impacto específico do nível educacional sobre o grau de conformismo ou inconformismo político assume formas algo sinuosas e instáveis. Na atualidade, contudo, parece predominar a tendência de que a educação opere como fator de conformismo político e de apoio ao partido do governo, tendência esta que, com exceção do setor universitário, se afirma de maneira especialmente marcada entre os jovens. Isso representa, por ambos os aspectos, a inversão de tendências observadas no passado, e parece dever interpretar-se sobretudo como consequência de expectativas ocupacionais mais favoráveis para os setores educados da população criadas pela expansão econômica que o regime autoritário se mostrou capaz de assegurar por algum tempo. Assim, feitas as devidas e importantes reservas quanto à parcela da juventude diretamente envolvida no clima político das universidades, o

empenho politicamente desmobilizador que caracteriza o regime vigente parece ter tido razoável êxito junto aos jovens educados, substituindo, ao que tudo indica, cogitações sociais e políticas por preocupações de carreira pessoal em muitos deles¹⁷.

V

Os padrões examinados, ajustando-se com clareza, por um lado, às proposições acima formuladas sobre a articulação entre os modelos da centralidade e da consciência de classe, mostram-se, por outro lado, grandemente relevantes do ponto de vista das condições gerais dos regimes autoritários e das feições por eles assumidas. Eles exibem, em primeiro lugar, algumas das ameaças inerentes à política ideológica perante as quais os regimes autoritários representam, do ponto de vista das forças conservadoras, uma reação que cabe ver como mais ou menos “oportuna” – ameaças a serem encontradas sobretudo nas formas emergentes de consciência de classe que marcam as disposições e o comportamento político dos estratos trabalhadores da população dos centros urbanos. Além disso, contudo, eles exibem igualmente, ao lado das fontes “naturais” de apoio de que tais regimes dispõem nas classes médias e altas, as fontes potenciais de apoio com que podem contar – por meio de algum tipo de manipulação ideológica ou de vínculos clientelísticos – entre as camadas mais baixas e mais estritamente “marginais” dos setores populares, tanto no campo quanto nas cidades. Ademais desse fator, que aponta nitidamente para mecanismos de deferência social, é importante salientar, entretanto, no que se refere ao Brasil, o caráter emergente e altamente limitado da operação do modelo de consciência de classe mesmo junto à “vanguarda” urbana dos estratos populares. Os dados acima considerados mostram com clareza que mesmo os membros dessa “vanguarda” apresentam um grau grandemente precário de estruturação ideológica em sua percepção do universo sociopolítico. Tal estado de coisas provavelmente é o que responde pela ocorrência aparente de formas pouco plausíveis de se relacionarem os propósitos e os efeitos reais de certas políticas perseguidas pelo regime autoritário brasileiro: de fato, há indícios de que o regime

¹⁷ Alguns dos dados contrastantes a respeito do papel político da escolaridade são examinados em Fábio W. Reis, “Classe Social e Opção Partidária”.

desfrutou de maior aquiescência, pelo menos de natureza passiva, enquanto afirmou de maneira *self-righteous* sua face mais dura do que quando começou a manifestar preocupação – em decorrência de problemas ligados à coesão interna do sistema de poder que não podemos examinar aqui – com temas tais como abertura política e redistribuição econômica.

Ao fim e ao cabo, a realidade no que diz respeito às percepções e disposições populares parece consistir numa condição ambígua em que, embora o inconformismo seja real, de caráter consistente (ainda que sobre a base de contraposições antes simplórias, como a que se estabelece entre “ricos” e “pobres”, anteriormente mencionada) e persistente o bastante no longo prazo de sorte a tornar o populismo uma fatalidade se alguma forma de abertura política consequente vier efetivamente a ocorrer, ele é também de natureza desinformada e não ideológica – e as inclinações oposicionistas da maioria parecem destituídas de conteúdo em termos de questões específicas de qualquer natureza, bem como da percepção de praticamente qualquer articulação entre questões políticas diversas. Isso redundava, naturalmente, em que com frequência inexistia a percepção da relevância política de qualquer questão – ou, do ângulo oposto, da relevância da política para as condições da vida cotidiana.

No momento, como se indicou acima, o governo brasileiro se empenha em restaurar uma estrutura multipartidária capaz de lhe permitir manter o controle do processo eleitoral na complicada dinâmica em que se desdobra o regime autoritário. Toda uma complexa estratégia, envolvendo mesmo a reabsorção de lideranças do período populista proscritas em 1964, foi posta em prática com o objetivo de romper a unidade oposicionista do antigo MDB e garantir simultaneamente a viabilidade da linha partidária de apoio ao regime no Legislativo e fora dele. Embora bem sucedida em ampla medida, essa estratégia sofreu tropeços importantes, destacando-se o surgimento não previsto do Partido dos Trabalhadores em torno de novas lideranças sindicais paulistas e a recente reincorporação ao partido sucessor do MDB (o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB) do Partido Popular (PP), que congregou fugazmente setores liberais e que os mentores do regime e da reformulação partidária esperaram viesse a representar um partido de centro e um setor oposicionista confiável, com que o governo pudesse vir a negociar e a compor-se. A situação atual é de grande fluidez, a qual é agravada pelo caráter de reação espasmódica aos eventos que marca muitas das medidas adotadas pelo regime, e pode evoluir

em direções diversas a partir das importantes eleições (para cargos que vão desde governadores de Estados e senadores até vereadores) previstas para novembro de 1982.

Como quer que seja, parece claro que indagações como as suscitadas acima têm consequências importantes para os prospectos defrontados pelos regimes autoritários de virem a ser capazes de legitimar-se e dar solução ao problema de sua eventual estabilização ou institucionalização. Seria certamente instrutivo, por exemplo, comparar, à luz de tais indagações, as vicissitudes da política autoritária em países como o Brasil e a Argentina, que, do ponto de vista global, apresentam importantes diferenças quanto à mobilização e à ativação políticas dos setores populares¹⁸. Além disso, uma aproximação interessante pode também realizar-se entre o problema da mobilização dos setores populares ou da classe trabalhadora em países como Brasil e Argentina (e talvez Espanha e Grécia, por exemplo), de um lado, e, de outro, os problemas da formação de identidades coletivas e de ativação política de categorias tais como negros, trabalhadores estrangeiros, mulheres, jovens e outras nos países desenvolvidos da Europa ocidental e nos Estados Unidos. Tratando-se de problemas que surgem em sociedades dotadas de estruturas políticas institucionalizadas e estáveis, estes últimos propiciam interessante corroboração da ideia de que a política ideológica envolve a tendência inerente à expansão do âmbito de interesses cuja realização é buscada através da operação do aparato institucional da sociedade. Ou, se posso recorrer ao vocabulário introduzido no início, eles corroboram a proposição de que, em qualquer momento determinado do desdobramento da política ideológica, o aparato institucional tenderá a mostrar-se como poder institucionalizado antes que como autoridade

¹⁸ Isso transparece com muita clareza, por exemplo, se se comparam os dados argentinos de um *survey* realizado em 1965 (apresentados em Jeane Kirkpatrick, *Leader and Vanguard in Mass Society*, Cambridge, MIT Press, 1971, p. 159) com os dados de um *survey* sobre “Representação e Desenvolvimento no Brasil” executado em 1973 por Philip Converse, Peter McDonough e Amaury de Souza junto à população do “núcleo” socioeconomicamente mais desenvolvido do Brasil (os quais foram gentilmente postos à minha disposição para uma análise preliminar que pode ser encontrada em Fábio W. Reis, *Political Development and Social Class*, tese de doutorado, Harvard University, 1974, capítulos VI e VII). Pode-se ver, por exemplo, que as pessoas de “classe baixa” do estudo de Kirkpatrick revelam muito maior sensibilidade para com a importância do governo nacional para sua vida cotidiana do que categorias comparáveis da amostra brasileira, na qual só se encontra sensibilidade comparável nas categorias educacionais mais altas (curso secundário completo ou acima).

institucionalizada aos olhos de pelo menos algumas categorias de atores que procuram admissão plena ao mercado político.

REGIÕES, CLASSE E IDEOLOGIA NO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO ¹

I

Os temas da preferência partidária e do comportamento eleitoral se articulam normalmente, na literatura de ciência política, com o tema da ideologia. Como ocorre com frequência nas ciências sociais, porém, essa articulação se acha carregada de equívocos, apresentando dificuldades que quase nunca se têm presentes. Em particular, há pouca clareza a respeito das relações que se dão, de um lado, entre a “ideologia” e os temas específicos do debate político em determinada conjuntura (as questões ou *issues* constantes da agenda política em certo momento) e, de outro lado, entre ambas essas categorias e a da “identificação partidária”.

A dificuldade pode ser situada se se começa por distinguir, com Sartori, dois sentidos diferentes em que a expressão “ideologia” é frequentemente usada². O primeiro deles é o sentido que lhe é atribuído, por exemplo, nos trabalhos de sociologia do conhecimento: trata-se aí do conjunto difuso de valores, crenças ou ideias de qualquer tipo que se associam a determinada configuração de condições sociais gerais (posição de classe, época, nacionalidade) e que vêm a constituir, em última análise, a visão do mundo das pessoas. O segundo sentido é o que a palavra adquire usualmente quando se trata de “ideologia política”: aqui se dá ênfase à noção de um conjunto estruturado e coerente de ideias, que encerra como dimensão saliente a de estar destinado a servir de guia para a ação política. Percebe-se que um ponto relevante no contraste entre as duas noções de ideologia consiste, assim, no fato de que a primeira se refere a algo que é, em ampla medida, um *dado* da situação social dos agentes individuais ou coletivos, enquanto a segunda, referida como se acha à ação política, destaca um componente voluntário e eventualmente *lúcido* do comportamento daqueles agentes. Levada um pouco adiante a intuição aí

¹ Trabalho realizado em colaboração com Mônica Mata Machado de Castro e publicado inicialmente em *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, no. 26, 1992. As duas seções iniciais utilizam algumas passagens de “Identidade, Política e a Teoria da Escolha Racional”, capítulo 3 deste volume.

² Giovanni Sartori, “Politics, Ideology and Belief Systems”, *American Political Science Review*, vol. 63, n. 2, junho de 1969.